



RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS – 2015

1. INTRODUÇÃO

1.1 – Missão

A Cooperativa tem como objecto social, através da cooperação e entreaajuda dos seus membros e em obediência aos Princípios Cooperativos, a satisfação, sem fins lucrativos, das necessidades sociais de cidadãos carecidos, mediante a concessão de bens e a prestação de serviços, nomeadamente nos domínios da habitação e educação

1.2 – Objectivos

Os principais objectivos da NHC Social são:

- * Apoiar grupos vulneráveis, em especial crianças e jovens, pessoas com deficiência e idosos;
- * Apoiar famílias e comunidades socialmente desfavorecidas com vista à melhoria da sua qualidade de vida e inserção sócio-económica;
- * Desenvolver programas de apoio direccionados para grupos-alvo, designadamente em situação de doença, velhice, deficiência e carência económica grave;
- * Promover o acesso à educação, formação e integração profissional de grupos socialmente desfavorecidos;
- * Resolver e ajudar a resolver problemas habitacionais, nomeadamente promovendo e gerindo habitação protegida para idosos e outros estratos da população vulnerável;
- * Promover iniciativas de carácter recreativo, cultural e desportivo.

1.3 – Retrospectiva 2015

Concluído o ano de 2015, em que a NHC (Social) conseguiu, apesar de todas as dificuldades e constrangimentos, manter as suas actividades e cumprir de forma muito razoável os objectivos que se tinha proposto atingir, podemos dizer que a esperança, embora contida, voltou.

À semelhança das famílias, também na NHC (Social), medidas de contenção de custos, já anteriormente decididas, continuaram a ser implementadas. Por necessidade de sustentabilidade económica mas também para nos permitir acorrer às necessidades das famílias carenciadas que em nós confiam. A dignidade das pessoas e da nossa instituição não nos deixou desanimar e, por isso, passo a passo, fomos conquistando a autonomia e a verdadeira inclusão social dos que de nós dependem.

Embora tenhamos continuado a tentar, por todos os meios social e legalmente previstos, manter o nível de cumprimento de pagamento das rendas por parte dos nossos inquilinos – essa é a nossa principal e quase exclusiva fonte de receita –, apesar do desemprego reinante na generalidade dos bairros e do nível etário dos nossos arrendatários (na sua maioria ou muito idosos ou muito jovens), o valor de rendas por receber atingiu os 24.364,49€, para além do valor provisionado de 82.244,36€, de que a maior parte nunca será recuperado.

2. RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. Ação social

2.1.1 - O arrendamento social

Neste momento, a NHC (Social) é responsável pela gestão – administrativa, financeira, patrimonial e social – de 4 bairros sociais, englobando 218 fogos, outras tantas famílias, num universo que engloba mais de 1 000 pessoas. A gestão deste universo complexo, exige um conhecimento profundo das pessoas e das problemáticas inerentes, facto que obriga a um planeamento rigoroso das acções a implementar por forma a conciliar as aspirações de melhoria das condições de vida das pessoas com o equilíbrio orçamental necessário à sobrevivência da organização.

Foi assim que:

- ✓ Por imperativo legal (entrada em vigor da nova lei do arrendamento apoiado) actualizaram-se rendas em 2015, tentando, no cálculo das novas rendas, ter em conta os aspectos não previstos na lei, para ajudar os agregados familiares mais fustigados pelo desemprego e doença;
- ✓ Foram cumpridas **visitas regulares** a todos os bairros;
- ✓ Continuou a privilegiar-se a relação de proximidade com os inquilinos, incrementando o número de **visitas domiciliárias**, visando a ultrapassagem dos constrangimentos detectados;



- ✓ Se manteve a **rede de parceiros** com quem trabalhamos numa relação de confiança e que tanto nos tem ajudado a ultrapassar as necessidades individuais e colectivas dos agregados familiares;
- ✓ Se reforçou o controle do **cumprimento de regras e obrigações**, nomeadamente no que ao pagamento atempado das rendas e encargos com as habitações diz respeito;
- ✓ Se fomentou a **educação, a formação e a empregabilidade** dos moradores;
- ✓ Se verificou a existência de **condições mínimas de habitabilidade dos fogos** e se envolveram as pessoas na realização das obras necessárias tendo em vista a consecução deste objectivo, ao mesmo tempo que se sensibilizaram para a educação, para a segurança e para a saúde;
- ✓ Se continuou a apoiar a existência de **condomínios** com o intuito de reforçar a organização, a coexistência pacífica entre moradores e a procura colectiva de soluções para os problemas detectados;
- ✓ Se manteve a ajuda da NHC (Social) aos orçamentos das famílias através da entrega de produtos de higiene e limpeza, de roupas e calçado, de brinquedos e de material escolar, conseguidos por meio da parceria com o Banco de Bens Doados (Entrajuda), num valor global de **3.149,10€**;
- ✓ Se manteve o apoio do Banco Alimentar Contra a Fome ao Jardim-de-infância de S. João da Talha, facto que nos ajudou a reforçar almoços, pequenos-almoços e lanches às crianças de etnia cigana que o frequentam, cujo valor foi quantificado em **2.407,44€**;
- ✓ Frustrados os esforços junto do IHRU para se conseguir financiamento para a reabilitação do Bairro do Pinhal da Vila (Salvaterra de Magos), tentámos outras alternativas, nomeadamente através da preparação de candidatura aos apoios comunitários no âmbito do Programa Portugal 2020, cuja abertura de candidaturas já foi infelizmente adiada por duas vezes, estando prevista a sua abertura para abril/maio de 2016;
- ✓ Continuámos a adoptar a nova política de reabilitação de fogos, através da contratualização de um determinado número de meses de carência (determinados e acordados com o novo arrendatário pelos serviços técnicos da cooperativa) em troca da execução das obras necessárias;
- ✓ Fizemos um continuado trabalho de responsabilização dos moradores pela manutenção, em bom estado, do fogo que habitam. Pequenas reparações como a troca de uma torneira, a substituição de uma lâmpada ou a pintura interior da casa são da responsabilidade dos moradores. Da responsabilidade da NHC (Social) estão apenas as intervenções estruturais como infiltrações ou rupturas de canalizações;
- ✓ Fizeram-se vistorias regulares do património edificado como forma de prevenção de degradação e de aumento de despesas;




Em 2015 foram celebrados sete novos contratos de arrendamento e sete transmissões contratuais entre familiares. Estão em curso duas ações de despejo por dívidas e uso indevido da habitação.

O valor total de rendas faturadas foi de 193.999,07€, tendo a Câmara Municipal de Odivelas apoiado os moradores do Bairro Gulbenkian em 47.850,46€.

2.1.2 Educação

Com a necessidade de um apertado controlo orçamental como pano de fundo, foi-nos possível fazer uma gestão mais cuidada dos recursos, tendo em mente os seguintes aspectos fundamentais:

- ✓ A candidatura a projectos que possam aportar mais fundos que nos ajudem a cumprir o nosso plano de intervenção social (Projectos Educativos da C. M. Loures; Apoios Sociais da Fundação Galp Energia...);
- ✓ O reforço na aposta na educação, com a abertura, em setembro de 2014, da nova creche construída ao abrigo do Programa B-a-Bá pela C. M. Lisboa e que obtivemos em concurso público;
- ✓ No primeiro ano de funcionamento estiveram abertas apenas duas das três salas previstas, por via da entrega “tardia” do equipamento à NHC (Social) por parte da C. M. Lisboa – a do berçário, com 10 crianças e uma sala mista com 18. No final do ano lectivo permaneceram na Creche 9 crianças e saíram para a rede do pré-escolar outras 9 .
- ✓ Em Setembro a creche reabriu com as três salas em funcionamento e com a sua lotação esgotada, apesar de nem todas as crianças terem iniciado a frequência em 1 de Setembro.
- ✓ A manutenção em funcionamento do Jardim-de-infância de S. João da Talha, como motivação à aprendizagem e apoio à concretização da escolaridade básica; De referir que este equipamento se constitui como uma verdadeira aposta na integração social da comunidade cigana de S. João da Talha, já que acreditamos que só a formação e o conhecimento poderão contribuir para a emancipação e autonomia dos cidadãos, ao fornecerem-lhe ferramentas que lhes darão acesso ao emprego e à autonomia.
- ✓ Pela nobreza dos propósitos mantemos este Jardim-de-infância em funcionamento, complementando as únicas receitas que provêm da Segurança Social ao abrigo do protocolo com ela celebrado, com recursos da própria NHC (Social) e bens e produtos provenientes do Banco de Bens Doados e do Banco Alimentar;
- ✓ No ano lectivo de 2014/2015 frequentaram o Jardim de Infância de S. João da Talha 21 crianças – a sua lotação máxima.



- ✓ A integração do Projecto "Inserir com Escolhas", desempenhando as funções de Entidade Gestora. Infelizmente a nossa participação verificou-se exclusivamente na gestão dos aspectos relacionados com a gestão financeira, administrativa e de recursos humanos, já que a falta de técnicos, por um lado, e as lacunas de liderança e criatividade demonstradas pela coordenadora do Projecto *Inserir com Escolhas* impediram-nos de concretizar as actividades previstas para os agregados familiares de S. João da Talha, tendo-se limitado às actividades na Bobadela.
- ✓ Por outro lado, também as faltas de verbas, por parte do Programa Escolhas, verificadas amiúde durante os três anos de vigência do Projecto, causaram transtorno no normal desenrolar das actividades e também na própria gestão da entidade gestora – a NHC (Social). Daí a nossa não participação em novo projecto.

As receitas provenientes das mensalidades pagas pelos alunos da Creche José Mateus atingiram os 75.024,64€, muito aquém dos custos incorridos, por inexistência de acordo com a Segurança Social e que só um apoio extraordinário, obtido junto da Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito do fundo social de emergência, no montante de 40.599,00€, permitiu manter o equipamento em pleno funcionamento.

Relativamente ao Jardim e Infância de SJTalha, obteve-se apoio da Segurança Social, no âmbito do acordo celebrado, no montante de 43.893,36€ e a Câmara Municipal de Loures apoiou este equipamento com 3.390,97€.

2.2 Gestão interna

2.2.1 Área financeira

O mais relevante da atividade financeira operada em 2015, para além da sustentabilidade económica e financeira da Cooperativa no seu todo, foi o facto do resultado económico do exercício ter permitido a amortização dos financiamentos bancários em cerca de sessenta e sete mil euros e da conta corrente de fornecedores de obras de reabilitação em cerca de trinta e cinco mil euros.

2.2.1.1 Rendimentos

| Conta | Descritivo | Valor | % |
|-------|-----------------------------|--------------------|-------|
| 72 | Prestação de serviços | 269.023,71€ | 53,08 |
| 75 | Subsidio à exploração | 209.302,89€ | 41,30 |
| 76 | Reversões | 14.279,29€ | 2,82 |
| 78 | Outros rendimentos e ganhos | 13.937,82€ | 2,75 |
| 79 | Juros outros rendimentos | 225,00€ | 0,05 |
| | Total | 506.768,71€ | |



Da análise da demonstração de resultados e do balancete, constata-se a seguinte proveniência de rendimentos e gastos incorridos:

Conta 72 – prestação de serviços

| | |
|---|-------------|
| Conta 72111 – rendas apoiadas | 193.999,07€ |
| Conta 72112 – mensalidades da creche - | 75.024,64€ |

Conta 75 – Subsídios à exploração

| | |
|---|------------|
| Conta 75101 – ISS – Acordo educ JI | 43.893,36€ |
| Conta 75102 – IEFP – medida estímulo emprego | 6.288,30€ |
| Conta 75105 – C M Odivelas – renda apoiada | 47.850,46€ |
| Conta 75107 – FES – Fundo Emerg Social CMLisboa Creche | 40.599,00€ |
| Conta 75108 – CMLoures – Proj Sócio Educativo JI | 3.390,97€ |
| Conta 752 - Projecto Escolhas | 67.280,80€ |

Conta 76 - Reversões

| | |
|--|------------|
| Conta 76211 - Recuperação de dívidas de rendas antigas | 14.279,29€ |
|--|------------|

Conta 78 - Outros rendimentos e ganhos

| | |
|---|-----------|
| Conta 783 – Recuperação de dívidas por via judicial | 3.854,58€ |
| Conta 7872 – Indemnizações de Seguradora danos por água | 2.022,06€ |
| Conta 78884 – Outros não especificados | 8.061,18€ |

(nesta conta os valores mais significativos reportam a comparticipação da Novacoop para os custos gerais do escritório- 3.238,75€ e para a anulação das rendas da Creche no montante de – 2.055,90€).

2.2.1.2 Gastos

| Conta | Descritivo | Valor | % |
|-------|--------------------------------------|--------------------|-------|
| 62 | Fornecimentos e serviços externos | 150.379,91€ | 38,80 |
| 63 | Gastos com pessoal | 202.137,57€ | 52,16 |
| 64 | Gastos de depreciação e amortizações | 2.350,52€ | 0,61 |
| 65 | Perdas por imparidade | 15.314,75€ | 3,95 |
| 68 | Outros gastos e perdas | 2.101,45€ | 0,54 |
| 69 | Ganhos e perdas de financiamentos | 15.260,93€ | 3,94 |
| | Total | 387.545,13€ | |



Relativamente aos gastos incorridos, constata-se que :

52,16% respeitam a custos com pessoal;

38,80% são custos gerais com fornecimentos externos; *dos quais 22.223,56€ com reparações e manutenção do património, 29.191,40€ com honorários, 21.865,76€ com alimentação dos alunos, 16.265,69€ com electricidade e água, 7.310,70€ com seguros vários, 4.467,63 com serviços bancários, 6.464,77€ com comunicações e 9.468,19 de rendas e alugueres de viaturas .*

3,95% resultam de imparidades com rendas não recebidas

3,94% foi o que representaria os custos de financiamento

2.2.1.3 Resultados

Os resultados alcançados no valor de 119.223,58€ resultam de uma gestão muito apertada dos recursos da Cooperativa e de uma grande contenção nos custos operacionais. O resultado obtido, fundamentalmente derivado dos rendimentos das rendas dos 218 fogos, foi totalmente absorvido pelas responsabilidades com os financiamentos obtidos para a construção e reabilitação do património da Cooperativa. Foi assim que se amortizou 67.257,29€ nos financiamentos em curso e 34.809,19€ na conta corrente da empresa que reabilitou o bairro Sá Carneiro. Os resultados por centro de custo, abaixo apresentados, refletem a sustentabilidade económica de cada actividade:

| C Custo | Custos | | Receitas | Saldo | |
|--|---------------------|---------------|---------------------|---------------------|--------|
| Sede Social | 118.601,37 € | | 6.471,94 € | -112.129,43 € | |
| Gulbenkian | 12.505,91 € | | 75.992,81 € | 63.486,90 € | 15,19% |
| Marrazes | 25.755,61 € | | 148.382,20 € | 122.626,59 € | 29,66% |
| Salvaterra de Magos | 16.701,37 € | | 30.423,74 € | 13.722,37 € | 6,08% |
| Nisa | 1.149,80 € | | 8.156,56 € | 7.006,76 € | 1,63% |
| Jardim Infância | 44.047,88 € | | 47.284,73 € | 3.236,85 € | 9,45% |
| Escolhas | 67.060,28 € | | 67.280,80 € | 220,52 € | 13,45% |
| Creche José Mateus | 101.722,91 € | | 122.775,93 € | 21.053,02 € | 24,54% |
| | 387.545,13 € | | 506.768,71 € | 119.223,58 € | |
| Custos e receitas s/ Sede | 268.943,76 € | | 500.296,77 € | | |
| Resultados com distribuição de custos gerais indirectos | | | | | |
| Sede Social | 118.601,37 € | -112.129,43 € | 6.471,94 € | 0,00 € | |
| Gulbenkian | 12.505,91 € | 17.031,95 € | 75.992,81 € | 46.454,95 € | |
| Marrazes | 25.755,61 € | 33.256,28 € | 148.382,20 € | 89.370,31 € | |
| Salvaterra de Magos | 16.701,37 € | 6.818,75 € | 30.423,74 € | 6.903,62 € | |
| Nisa | 1.149,80 € | 1.828,10 € | 8.156,56 € | 5.178,66 € | |
| Jardim Infância | 44.047,88 € | 10.597,73 € | 47.284,73 € | -7.360,88 € | |
| Escolhas | 67.060,28 € | 15.079,37 € | 67.280,80 € | -14.858,85 € | |
| Creche José Mateus | 101.722,91 € | 27.517,26 € | 122.775,93 € | -6.464,24 € | |
| | 387.545,13 € | 0,00 € | 506.768,71 € | 119.223,58 € | |



Confirma-se assim que a atividade do arrendamento social liberta os meios para fazer face aos seus encargos, o que não acontece com nenhuma das outras atividades, pelo que continuaremos a pugnar por obter o acordo com a Segurança Social para garantir a sustentabilidade económica da Creche José Mateus.

2.2.2 Recursos Humanos

No final de 2015 a NHC Social contava com 13 colaboradores, com a seguinte caracterização:

| Quant | Categoria/Função | Centro de Custo | Situação |
|-------|-----------------------------|--------------------|----------|
| 1 | Diretor Geral | Sede | Quadro |
| 1 | Diretor de Serviços | Sede | Quadro |
| 1 | Técnica Serviço Social | Bairros | Quadro |
| 1 | Assistente Operacional | Creche José Mateus | A termo |
| 1 | Educadora de Infância | Jardim de infância | Quadro |
| 2 | Educadoras de Infância | Creche José Mateus | A termo |
| 1 | Auxiliar de educação | Jardim de infância | Quadro |
| 4 | Auxiliares de educação | Creche José Mateus | A termo |
| 1 | Auxiliar de serviços gerais | Creche José Mateus | A termo |

Nota: A Direção Técnica da Creche José Mateus é assegurada pela Vice Presidente do Conselho de Administração.

A este quadro de pessoal corresponde a seguinte estrutura etária:

| | |
|--|-----------------|
| Até 25 anos ----- | 2 colaboradores |
| Entre 25 e 35 anos ----- | 3 colaboradores |
| Entre 35 e 45 anos ----- | 1 colaborador |
| Entre 45 e 55 anos ----- | 7 colaboradores |
| (a que corresponde uma idade média de cerca de 41 anos) | |

Quanto a habilitações académicas a distribuição é a seguinte:

| | |
|-------------------------|---|
| Licenciados/Bacharelato | 5 |
| 12º ano de escolaridade | 3 |
| Curso complementar | 5 |



Tanto na Creche como no Jardim de Infância – e tratando-se do ano de lançamento da estrutura dedicada aos mais novos – houve a preocupação de investimento na educação, com a implementação de um curso de formação com a duração de 50 horas contando, para o efeito, com formadores competentes e acreditados quer internos quer externos.

Também com o mesmo objectivo de aferir critérios, procurar formas eficientes de actuação e, por conseguinte, melhorar a qualidade de serviços prestados aos utentes, foi implementado, de uma forma participada, o Sistema Interno de Gestão (SIG) o qual culminou com duas sessões de formação de 2 horas cada envolvendo os trabalhadores das duas estruturas educativas.

2.2.3 Infraestruturas

Em 2015 foram realizadas obras de manutenção e reparação no património habitacional e nos equipamentos escolares na ordem dos 22.223,56€. Foram mantidos os contratos de assistência técnica ao sistema solar térmico em Odivelas e aos vários equipamentos instalados na Creche José Mateus. Foram igualmente mantidos os contratos de assistência técnica aos sistemas informáticos.

2.2.4 Investimentos

Está a ser preparada candidatura no âmbito do Programa Comunitário Portugal 2020 – Programa Operacional do Alentejo – para a realização de obras de reabilitação em Salvaterra de Magos visando a eficiência energética – fachadas e coberturas.

No âmbito do mesmo Programa Comunitário a Câmara Municipal de Leiria está a preparar candidatura para a reabilitação dos espaços verdes, arruamentos e passeios do Bairro Sá Carneiro e em que a NHC Social será parceiro de projecto na vertente da organização dos moradores e da futura gestão partilhada do espaço.

3. SITUAÇÃO ECONÓMICA-FINANCEIRA

Anexo a este relatório encontram-se o Balanço, a Demonstração de resultados, o Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados.



4. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A proposta de aplicação do Resultado Líquido de 2015, no valor de 119.223,58€ (cento e dezanove mil duzentos e vinte e três euros e cinquenta e oito cêntimos) é a seguinte:

- transferência para a conta de Resultados Transitados, do montante de 117.973,58€ (cento e dezasete mil novecentos e setenta e três euros e cinquenta e oito cêntimos),
- afectar a importância de 1.250,00€ (mil duzentos e cinquenta euros) à conta da Reserva para Educação e Formação Cooperativa.

5. FISCALIZAÇÃO

Complementarmente a toda a documentação anexa ao presente relatório, apresenta-se a Certificação Legal de Contas e o Parecer do Conselho Fiscal.

6. NOTA FINAL

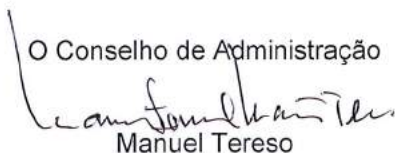
Em 2016, tal como se encontra detalhado no Plano de Actividades elaborado para o efeito, prevemos continuar a reforçar os eixos fundamentais da nossa acção – o arrendamento social e a educação –, não descurando, contudo, qualquer possibilidade de alargar o nosso âmbito de intervenção se os desafios e as oportunidades, entretanto, surgirem.

Queremos deixar registado o agradecimento pela confiança dos nossos inquilinos, dos encarregados de educação das nossas crianças, dos nossos parceiros; Câmaras Municipais de Leiria, Lisboa, Loures e Odivelas; Juntas de Freguesia de S João da Talha-Bobadela-Santa Iria e de Marrazes-Barosa; Banco Alimentar; Banco de Bens Doados; Segurança Social;

Igualmente um especial agradecimento a todos os fornecedores e prestadores de serviço que nos apoiaram ao longo do ano. E por último, mas não menos importante, agradecer a dedicação e espírito de entreatajuda dos nossos colaboradores, atores diários das nossas ações.

Lisboa, 21 de Março de 2016

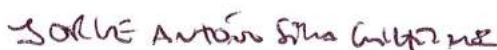
O Conselho de Administração



Manuel Tereso



Albertina Mateus



Jorge Guilherme

BALANÇO INDIVIDUAL

Dez-15

Montantes expressos em EURO

| RUBRICAS | NOTAS | PERÍODOS | |
|---|-------|---------------|---------------|
| | | 2015 | 2014 |
| Montantes expressos em EUR | | | |
| ACTIVO | | | |
| Activo não corrente: | | | |
| Activos fixos tangíveis..... | | 167.751,34 | 170.101,86 |
| Propriedades de investimento..... | | 10.240.238,44 | 10.240.238,44 |
| Goodwill..... | | | |
| Activos intangíveis..... | | | |
| Activos biológicos..... | | | |
| Participações financeiras - método da equivalência patrimonial..... | | | |
| Participações financeiras - outros métodos..... | | 500,00 | 500,00 |
| Accionistas/sócios..... | | | |
| Outros activos financeiros..... | | 481,07 | 85,08 |
| Activos por impostos diferidos..... | | | |
| | | 10.408.970,85 | 10.410.925,38 |
| Activo corrente: | | | |
| Inventários..... | | | |
| Activos biológicos..... | | | |
| Clientes..... | | 24.491,00 | 24.581,80 |
| Adiantamentos a fornecedores..... | | | |
| Estado e outros entes públicos..... | | 221,11 | 165,11 |
| Accionistas/sócios..... | | | |
| Outras contas a receber..... | | 65.432,32 | 70.534,81 |
| Diferimentos..... | | | |
| Activos financeiros detidos para negociação..... | | | |
| Outros activos financeiros..... | | | |
| Activos não correntes detidos para venda..... | | | |
| Caixa e depósitos bancários..... | | 59.419,10 | 26.939,20 |
| | | 149.563,53 | 122.220,92 |
| | | | |
| Total do Activo | | 10.558.534,38 | 10.533.146,30 |
| | | | |
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | | | |
| Capital próprio: | | | |
| Capital realizado..... | | 2.000,00 | 2.000,00 |
| Acções (quotas) próprias..... | | | |
| Outros instrumentos de capital próprio..... | | | |
| Prémios de emissão..... | | | |
| Reservas legais..... | | 5.050,00 | 5.050,00 |
| Outras reservas..... | | 16.450,00 | 16.450,00 |
| Resultados transitados..... | | 7.066.660,34 | 7.016.186,90 |
| Ajustamentos em activos financeiros..... | | | |
| Excedentes de revalorização..... | | | |
| Outras variações no capital próprio..... | | 1.476.696,00 | 1.476.696,00 |
| | | 8.566.856,34 | 8.516.382,90 |
| Resultado líquido do período..... | | 119.223,58 | 50.473,44 |
| | | 8.686.079,92 | 8.566.856,34 |
| Interesses minoritários..... | | | |
| Total do capital próprio | | 8.686.079,92 | 8.566.856,34 |
| Passivo | | | |
| Passivo não corrente: | | | |
| Provisões..... | | | |
| Financiamentos obtidos..... | | 1.526.788,12 | 1.594.045,41 |
| Responsabilidades por benefícios pós-emprego..... | | | |
| Passivos por impostos diferidos..... | | | |
| Outras contas a pagar..... | | | |
| | | 1.526.788,12 | 1.594.045,41 |
| Passivo corrente: | | | |
| Fornecedores..... | | 123.899,77 | 165.473,32 |
| Adiantamentos de clientes..... | | | |
| Estado e outros entes públicos..... | | 10.366,92 | 4.436,72 |
| Accionistas/sócios..... | | | |
| Financiamentos obtidos..... | | | |
| Outras contas a pagar..... | | 191.563,61 | 163.890,46 |
| Diferimentos..... | | 19.836,04 | 38.444,05 |
| Passivos financeiros detidos para negociação..... | | | |
| Outros passivos financeiros..... | | | |
| Passivos não correntes detidos para venda..... | | | |
| | | 345.666,34 | 372.244,55 |
| | | | |
| Total do passivo | | 1.872.454,46 | 1.966.289,96 |
| | | | |
| Total do Capital Próprio e do Passivo | | 10.558.534,38 | 10.533.146,30 |
| | | | |

Luísa Pinheiro
606 33 963

8 de Maio 2016

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Dezembro 2015

Montantes expressos em EURO

| RUBRICAS | NOTAS | PERÍODOS | |
|---|-------|-------------------|------------------|
| | | 2015 | 2014 |
| RENDIMENTOS E GASTOS | | | |
| Vendas e serviços prestados..... | | 269.023,71 | 212.843,12 |
| Subsídios à exploração..... | | 209.302,89 | 158.545,25 |
| Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos.... | | | |
| Variação nos inventários da produção..... | | | |
| Trabalhos para a própria entidade..... | | | |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas..... | | | |
| Fornecimentos e serviços externos..... | | (150.379,91) | (119.902,58) |
| Gastos com o pessoal..... | | (202.137,57) | (157.459,15) |
| Imparidade de inventários (perdas/reversões)..... | | | |
| Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)..... | | (1.035,46) | (62.479,04) |
| Provisões (aumentos/reduções)..... | | | |
| Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)..... | | | |
| Aumentos/reduções de justo valor..... | | | |
| Outros rendimentos e ganhos..... | | 14.162,82 | 50.160,66 |
| Outros gastos e perdas..... | | (3.406,55) | (5.226,93) |
| Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | | 135.529,93 | 76.481,33 |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização..... | | (2.350,52) | (2.350,52) |
| Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)..... | | | |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | | 133.179,41 | 74.130,81 |
| Juros e rendimentos similares obtidos..... | | | |
| Juros e gastos similares suportados..... | | (13.955,83) | (23.657,37) |
| Resultado antes de impostos | | 119.223,58 | 50.473,44 |
| Imposto sobre o rendimento do período..... | | | |
| Resultado líquido do período | | 119.223,58 | 50.473,44 |

| | | | |
|---|--|--|--|
| Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no RL Exercício | | | |
|---|--|--|--|

| | | | |
|---|--|--|--|
| Resultado líquido do período atribuível a: * | | | |
| Detentores do capital da empresa-mãe..... | | | |
| Interesses minoritários..... | | | |
| Resultado por acção básico..... | | | |

* - Esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

Handwritten signature
TAC 33963

Handwritten signature

NHC (SOCIAL) - COOPERATIVA DE SOLIDARIEDADE CRL

Anexo às Demonstrações Financeiras para o periodo findo a 31 de Dezembro de 2015

1. Identificação da Entidade

A NHC (Social) – Cooperativa de Solidariedade, CRL é uma Cooperativa de solidariedade que se insere no ramo da solidariedade social no sector cooperativo. Tem sede na Rua Fernando Maurício, 37 B, em Lisboa.

A Cooperativa encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial com o nº 504391178 e tem um Capital Social mínimo de 2 500€.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de Julho com as rectificações da Declaração de Rectificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto.

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do activo, passivo e dos resultados da entidade.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem, as quais foram consistentes ao longo do exercício de 2015.

Continuidade:

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de que a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não existe nem a intenção, nem a necessidade de liquidar ou de reduzir drasticamente o nível das suas operações.

Activos fixos tangíveis:

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo da compra e quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades



necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O ganho ou a perda resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e o valor líquido contabilístico do activo, sendo reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação ou abate.

Propriedades de investimento:

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital (ou ambos), não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento são inicialmente mensuradas ao custo (que inclui custos de transacção), subsequentemente, as propriedades de investimento são mensuradas de acordo com o justo valor.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais para além do inicialmente estimado são capitalizadas.

Activos e passivos financeiros:

- a) *Clientes e valores a receber* – as contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas na rubrica “Perdas de imparidade acumuladas”, por forma a que as mesmas reflectam o seu realizável líquido.
- b) *Fornecedores e outras contas a pagar* – As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

Rédito:

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, sem consideração dos efeitos de impostos dedutíveis, desde que o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade e for provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a entidade, com as seguintes especificações:

a) Prestação de serviços: o rédito é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

i. Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;

ii. A fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

b) Juros: o rédito é reconhecido pelo valor bruto (antes de retenções de impostos), utilizando o método do juro efectivo, e inclui a quantia de amortização de qualquer desconto, prémio ou outra diferença entre a quantia inicial escriturada da dívida e a sua quantia na maturidade.

Estimativas e pressupostos:

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva.

4. Activos Fixos Tangíveis

Durante o exercício de 2015 não houve qualquer aquisição ou alienação de activos fixos tangíveis e uma alienação.

As depreciações do exercício, no montante de 2.350,52€, foram registadas na rubrica "Gastos de depreciações e amortizações".

5. Propriedades de Investimento

As subcontas "terrenos e recursos naturais" e "edifícios e outras construções", da conta "Propriedades de investimento" foi subdividida ficando assim identificados os valores dos terrenos e dos edifícios por bairro.

St
Sund
Falks

6. Clientes

A rubrica "Clientes" registou ao longo do ano todo o movimento ocorrido nas contas correntes dos mesmos.

Foram recuperados créditos registados na rubrica "Perdas por imparidades acumuladas", no valor de 5.265,20€.

Aquando do encerramento das contas foi transferido para a rubrica "Perdas por imparidade acumuladas" o montante de 15.151,42€, por existirem dúvidas quanto ao recebimento destes créditos.

7. Outras Contas a Receber e a Pagar

A rubrica "Outras Contas a Receber e a Pagar" registou ao longo do ano todo o movimento ocorrido nas contas correntes de outros devedores e credores.

Com fim do "Projecto Escolhas" fica registado na conta 27818 – Programa Escolhas, o valor que se espera receber do Programa tendo em conta o saldo final apresentado e os reembolsos.

9. Prestações de Serviços

O valor das prestações de serviços foi em 2015:

| | |
|----------|---------------|
| - Rendas | – 195.503,89€ |
| - Creche | – 76.158,84€ |

10. Subsídios à Exploração

O montante registado divide-se da seguinte forma, por entidades:

| | |
|--------------------------------|--------------|
| - ISS | – 43.893,36€ |
| - Câmara Municipal de Odivelas | – 47.850,46€ |
| - Programa Escolhas | – 67.280,80€ |
| - IEFP | – 6.288,30€ |



11. Capital Social

A 31 de Dezembro de 2015 o capital era composto por 5 quotas de valor igual, 500.00€, pertencentes a: Albertina Mateus, Manuel Tereso, Jorge Guilherme, NOVACOOP e António Júlio Coelho. Todo o capital se encontrava subscrito e apenas a quota de António Júlio Coelho não estava realizada.

12. Resultado Líquido

O resultado líquido do exercício é 119.223,58 (cento e dezanove mil, duzentos e vinte e três euros e cinquenta e oito cêntimos).

Luís Guilherme
Tcc 33963

ss

- RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO -

- Exercício de 2015 -

Senhores Cooperantes,

1. No cumprimento das disposições legais e do Contrato Social o Fiscal Único da «NHC SOCIAL – Cooperativa de Solidariedade Social, CRL.», no exercício das suas competências, e após ter procedido à análise do Balanço, da Demonstração dos Resultados e dos demais elementos de prestação de contas preparados pela Direcção, que acompanhavam o Relatório de Actividades relativo ao exercício de 2015, vem apresentar o seu Relatório sobre a acção fiscalizadora desenvolvida e dar parecer sobre esses mesmos documentos de prestação de contas.
2. Com a periodicidade que julgou conveniente, o Fiscal Único manteve o acompanhamento da actividade através dos contactos estabelecidos com a Direcção e da análise da documentação contabilística e dos seus elementos de suporte. Foram verificadas em particular as operações contabilísticas referentes ao apuramento dos resultados do exercício.

No seu Relatório de Gestão a Direcção dá conta da forma como se processou a actividade da Cooperativa no decorrer do exercício.

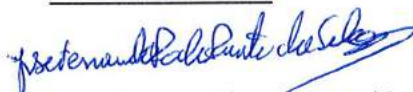
3. Face ao anteriormente exposto, o Fiscal Único é de

PARECER

- a) que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2015, apresentados pela Direcção;
- b) que a proposta de aplicação do Resultado Líquido do exercício de 119.223,58 euros, apresentada pela Direcção, seja aprovada.

Lisboa, 21 de Março de 2016

O FISCAL ÚNICO



(José Fernando Rocha Pinto da Silva)



PORTUGAL

Patrício, Moreira, Valente & Associados, Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)

T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt

Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto

T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS

Exercício de 2015

1. No decorrer do exercício de 2015 a «NHC SOCIAL – Cooperativa de Solidariedade Social, CRL.» foi objecto de revisão de contas, traduzida no acompanhamento da actividade da Cooperativa ao longo do exercício, o que nos permite, e em complemento ao Relatório Interno elaborado, emitir o presente.

RELATÓRIO

2. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da «NHC SOCIAL – Cooperativa de Solidariedade Social, CRL.», as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015, a Demonstração dos Resultados do exercício findo naquela data por naturezas e por funções e o correspondente Anexo, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, documentos que evidenciam um total de Balanço de 10.558.534 euros e um total de capital próprio de 8.686.080 euros, incluindo um resultado líquido de 119.224 euros.
3. É da responsabilidade da Direcção da Cooperativa a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Cooperativa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
4. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e as Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm, ou contêm, distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Direcção da Cooperativa, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras;
 - a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e da aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade;
 - a apreciação de ser adequada a apresentação das demonstrações financeiras.

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING

7. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião sobre aquelas demonstrações financeiras.
8. Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da «NHC SOCIAL – Cooperativa de Solidariedade Social, CRL.» em 31 de Dezembro de 2015 e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.
9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de actividades é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.
10. Sem afectar a opinião expressa no ponto 8, chama-se a atenção para o facto da Cooperativa, à semelhança da orientação seguida em exercícios anteriores, não estar a depreciar os Edifícios e Outras Propriedades de Investimento da NHC (Social) apresentados em Balanço pelo valor líquido de 8.011.168 euros. A Direcção justifica esta opção com o facto do valor global dos imóveis em causa apresentarem, de acordo com os cálculos efectuados tendo por base o valor por metro quadrado apresentado pela Portaria n.º 79/2013, com remissão do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 141/88, ser superior ao valor registado contabilisticamente.

Lisboa, 21 de Março de 2016



Joaquim Patrício da Silva
(ROC n.º 320)
em representação de
PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE E ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, n.º 21